

■ **Sérgio Abranches**

## **Nenhuma força política, mesmo da oposição, tem o que colocar no lugar da proposta do 'Projeto'**



Não é viável começar um programa de retomada do crescimento sem concluir a tarefa de estabilização e sem equacionar o problema do financiamento do setor público. Também não acho socialmente adequada a política de conduzir a discussão coletiva apenas no sentido da estabilização. É importante discutir também que o modelo de desenvolvimento dos anos 50 e 60 se esgotou e não pode ser retomado.

O Brasil não tem um projeto viável, posto na mesa, para retomar o crescimento em novas bases. A Oposição não possui um projeto persuasivamente melhor do que o do governo. Há erros de gestão, mas só é legítimo apontar erros na proposta do governo se, simultaneamente, for apresentado um projeto alternativo. E nenhuma força política brasileira tem nada a mostrar de orgânico para colocar no lugar da proposta do governo. É um equívoco, por exemplo, dizer que o projeto de Collor é neoliberal. Seu projeto é uma colcha de retalhos sem a organicidade do neoliberalismo de Margareth Thatcher ou de Reagan.

Há que observar duas questões. Primeiro, o processo de esgotamento do modelo de desenvolvimento brasileiro e de exacerbação da crise inflacionária foi mais rápido do que a capacidade de reciclagem conceitual das forças sociais, principalmente da vanguarda pensante. O programa de construção democrática está incompleto. O Brasil não tem instituições onde se possa negociar todos os conflitos que estão produzindo bloqueio político no processo decisório.

Para discutir a estabilização, é

preciso montar uma rede institucional que permita a discussão de uma política de rendas. Não é possível buscar a estabilidade sem dar algum tipo de desfogo aos setores mais prejudicados, mais fragilizados da sociedade brasileira. Um programa de estabilização em cima apenas da idéia de hiperausteridade totalmente ortodoxa é impensável. Ou se faz uma política de rendas ou o país explode socialmente. Porém, não existe um espaço no sistema político-institucional brasileiro onde essas questões distributivistas possam ser discutidas com representatividade.

O Congresso não é o lugar correto. A estrutura de representação via eleitoral não confere aos parlamentares autoridade suficiente para defender determinados interesses. Os despossuídos, por exemplo, não têm expressão adequada no Congresso. É necessário criar foros especiais para negociar interesses que podem ser profundamente desrespeitados no atual processo de decisão, em que a decisão se dá pela regra da representação parlamentar. Foi assim que sociedades tão heterogêneas quanto a nossa resolveram seus conflitos.

Um outro ponto é o problema da austeridade no plano de estados e municípios. É evidente que precisamos de uma nova divisão de trabalho entre as esferas de governo. E isso também tem de ser negociado, mas o foro de negociação não é o mesmo da política de rendas. É um foro muito mais qualificado e localizado, que tem necessariamente de contar com a participação dos governadores que tomaram posse.